

Uma nova Lusitânia



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

O professor Hélio Barros deu grande contribuição ao Brasil por ser um dos pioneiros na promoção das Olimpíadas do Conhecimento, que funcionam como estímulo ao estudo e à autoestima de centenas de milhares de estudantes. Agora, o escritor Hélio Barros nos oferece um instigante romance que revela um aspecto pouco conhecido da nossa história colonial: a relação entre a metrópole lusitana e a vida no sertão nordestino.

O livro *O romance da Nova Lusitânia* começa com um longo diálogo entre amigos, provavelmente em 1777, em uma cidade ao norte de Portugal. Ao longo do diálogo, um dos amigos conta o que viu durante os anos que viveu na colônia, provocando os companheiros quanto às dificuldades nas relações com a metrópole. Para eles, metrópole e colônia estavam unidas pelo rei e por Cristo, mas havia uma dúvida permanente sobre o que viria a acontecer e o que seria melhor para a relação entre Portugal e aquela terra imensa, estranha, habitada por indígenas, africanos e até por europeus cada vez menos portugueses: os brasileiros.

Apesar de certo ufanismo sobre um país que

teria surgido por inspiração de Cristo aos cruzados, percebe-se pessimismo quanto à capacidade de Portugal manter o controle de um território tão grande, distante, isolado e habitado por brejeiros racialmente misturados entre brancos, negros, índios em constante concubinato. Esse pessimismo é resumido por um dos participantes do diálogo ao lembrar que Portugal era um país pequeno, incapaz, segundo ele, de alimentar a própria população de forma autônoma, por depender economicamente de outras praças.

Nesse longo debate entre os cinco amigos, Hélio Barros reconstitui de forma convincente — pode-se dizer, magistral — o que provavelmente era o imaginário em Portugal no fim do século 18, tanto sobre o futuro do próprio país, dependente da Espanha, França e Inglaterra, quanto sobre o destino da colônia ser uma Nova Lusitânia, ou um novo país independente, como as colônias inglesas na América do Norte ensaiavam. Essa reconstituição revela o domínio de um escritor sólido, tanto no conhecimento da história quanto na capacidade de mergulhar na mente dos portugueses da época.

Hélio Barros demonstra esse domínio com maestria: o conhecimento histórico e a habilidade narrativa para dar vida às mentalidades do século 18. Também se destaca ao imaginar e descrever o despertar de um menino de 14 anos que, escondido na casa de seu pai anfitrião do encontro de amigos, ao escutar o debate dos adultos sobre a Nova Lusitânia, adquire o desejo de viver a aventura da emigração. Esse menino transforma-se no personagem principal do romance: sua fuga de casa por

terra até o porto, a travessia do Atlântico, a chegada ao Recife e a marcha até o alto sertão pernambucano. A narrativa da travessia marítima e do percurso terrestre no sertão, na passagem do século 18 para o 19, acende uma luz que raramente vemos nos livros de história e em poucos romances conseguiram captar. Hélio Barros preenche lacuna na literatura brasileira ao criar um enredo onde os detalhes da vida no sertão pernambucano compõem um fascinante ambiente de rotinas laborais e domésticas, dúvidas, esperanças, ousadias e coragem em uma região remota.

O livro retrata a constante ambiguidade de quase todos os personagens, divididos entre a fidelidade ao rei e a Portugal e o sonho de independência da colônia — uma tensão que viria a ser resolvida com a solução mágica da independência sob um imperador filho do rei da metrópole. O realismo do livro se evidencia pela total ausência das palavras “escola” ou “educação” no imaginário da época — exceto pela preocupação do protagonista com a formação em Coimbra de apenas dois de seus mais de 20 filhos.

Além do deslumbramento literário e do conhecimento histórico adquirido, ao ler *O romance da nova Lusitânia*, o leitor tem a sensação de que, apesar das radicais mudanças ocorridas, ainda persiste o descaso com a educação da população. Felizmente, o escritor é um educacionista e, ao lado do belo romance, nos trouxe as Olimpíadas do Conhecimento, que estão nos ajudando a mudar essa característica secular e dar os passos necessários para uma nova Nova Lusitânia.

Julgamento de Bolsonaro é o encontro do Brasil com a própria história



» CARMELA ZIGONI
Assessora política do Inesc

» MARCO ANTONIO CORREA MOTA
Indigenista

» DANIELA OLIVEIRA TOLFO
Secretária Executiva do CAMP e direção da Abong

» ROMI MARCIA BENCKE
Teóloga de confissão luterana

Neste 2 de setembro, teve início um julgamento que pode marcar profundamente a trajetória da nossa democracia. Estão diante da Justiça o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete aliados, acusados de tentar um golpe de Estado após as eleições de 2022. A partir das 884 páginas do relatório da Polícia Federal (PF), eles responderão pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, além de deterioração de patrimônio tombado.

Entre os réus, além de Jair Bolsonaro, estão nomes de peso da antiga cúpula militar e política: Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, que por foro privilegiado teve parte das acusações suspensas e responderá a três dos cinco crimes; o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; os generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto; e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Esse julgamento é inédito. O Brasil não tem tradição de punir criminosos das camadas privilegiadas. Pelo contrário, sempre reservamos o rigor da lei para a população negra e pobre, enquanto a impunidade se mantém como regra para quem concentra renda, terras e poder. Também é inédito o acesso da sociedade às informações do processo, que revelam até planos de assassinato contra o presidente eleito Lula, seu vice Geraldo Alckmin e autoridades como Alexandre de Moraes.

Não é possível esquecer que a impunidade tem um preço alto para a democracia. Há 46 anos, depois de uma ditadura militar violenta, o país promulgou a Lei da Anistia, impedindo a investigação e o julgamento dos crimes cometidos durante décadas. Nenhum militar ou civil foi sequer julgado pelo golpe de 1964. O movimento Tortura Nunca Mais conquistou, anos depois, a Comissão da Verdade, mas até essa conquista foi enterrada após o impeachment sem crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rousseff. Em 2016, Dilma alertou: “A história será implacável com os que hoje se julgam vencedores”. Ela estava certa.

Hoje, pesquisas mostram que entre 51% e 56% da população é contrária à anistia, porque compreende que investigar e punir agressores da democracia é essencial para que episódios como os de 2021 a 2023 não se repitam: manifestações golpistas em frente aos quartéis, atentado a bomba no aeroporto de Brasília, ataque violento à sede da PF e, por fim, a invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

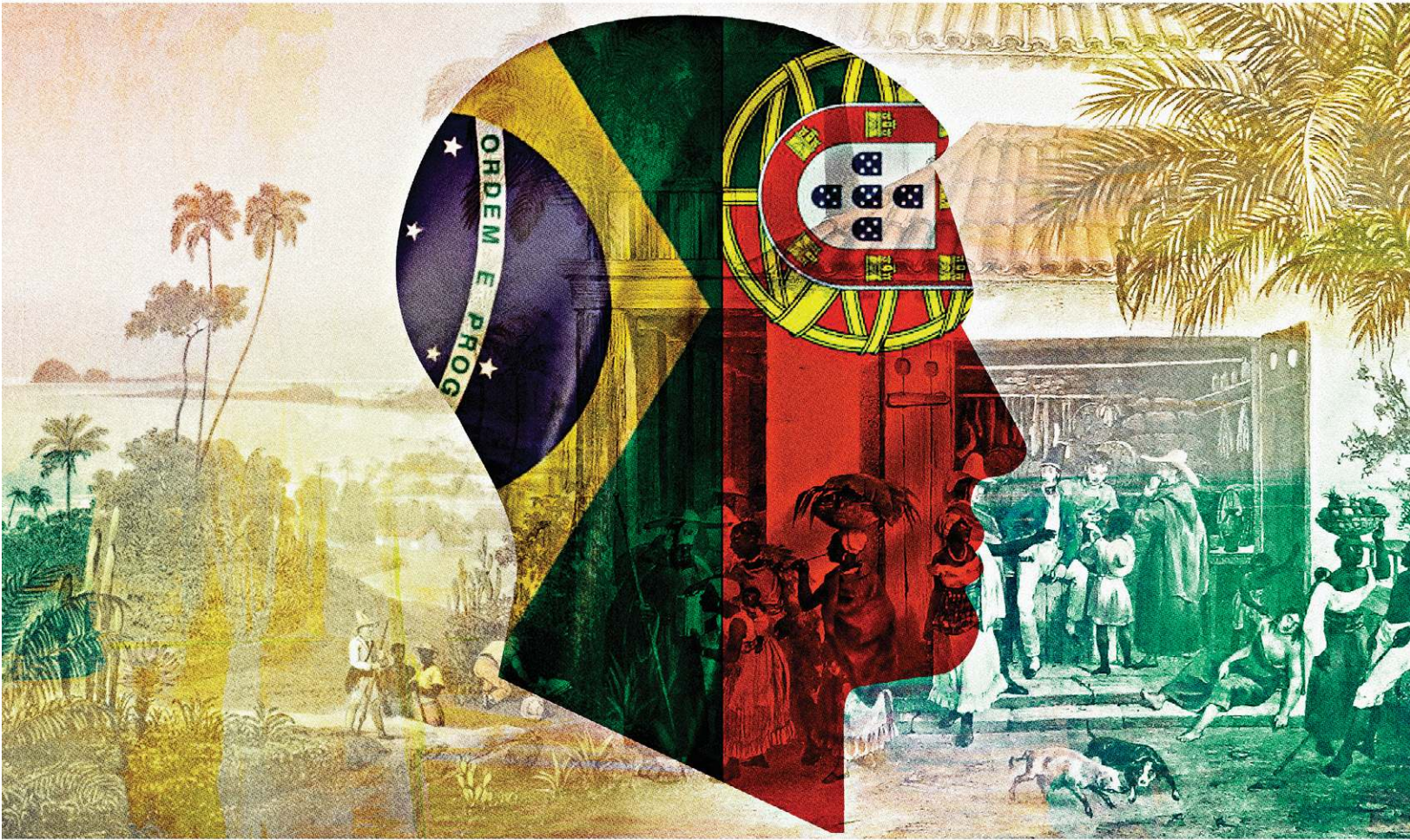
No mesmo momento em que se inicia esse encontro histórico, escândalos de corrupção envolvendo a cúpula do bolsonarismo, o PCC e a Faria Lima se multiplicam. Eduardo Bolsonaro, deputado federal, atua a partir dos Estados Unidos, em aliança com o neto do ditador Figueiredo e com Donald Trump, ameaçando delegados da PF e articulando sanções contra ministros do Supremo e contra a economia brasileira. No Parlamento, sob o comando figurativo de Hugo Motta, a Câmara dos Deputados parece paralisada entre o bolsonarismo, o silêncio e o cinismo. Com bilhões em emendas pouco transparentes, tenta-se aprovar legislações que anistiem parlamentares antes mesmo de seus julgamentos, como a chamada PEC da Blindagem.

A imprensa hegemônica, em vez de proteger a democracia, naturaliza esses absurdos e oferece espaço para que criminosos defendam abertamente o autoritarismo. Tarcísio de Freitas, apresentado como “bolsonarista moderado”, continua a se aproximar de golpistas e corruptos. Enquanto isso, outros políticos tentam herdar o legado sombrio de Bolsonaro, o mesmo presidente que se negou a comprar vacinas durante a pandemia de Covid-19 e colaborou diretamente para a morte de mais de 700 mil brasileiros.

A democracia, ainda frágil, tenta se levantar e buscar justiça. É nesse cenário que a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, composta por mais de 150 movimentos e organizações da sociedade civil, se manifesta publicamente para exigir que a lei seja cumprida. Precisamos, como sociedade, superar esse capítulo rumo a uma democracia real, que contemple quilombolas, indígenas, juventudes negras periféricas, LGBTQIAPN+, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, crianças, idosos e idosas, pessoas com deficiência.

O Brasil que subiu a rampa com Lula precisa respirar. Precisamos de um julgamento limpo, sem juízes suspeitos, com devido processo legal e com punição efetiva dos envolvidos, sejam eles generais, ex-ministros, parlamentares ou o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro.

Maurenilson Freire



Guiana: uma nova fronteira agrícola nas Américas



» MOHAMED IRFAAN ALI
Presidente da República
Cooperativa da Guiana

ZULFIKAR MUSTAPHA
Ministro da Agricultura da República
Cooperativa da Guiana

Desde o próprio nome oficial, a República Cooperativa da Guiana expressa o compromisso de ser um parceiro confiável e de trabalhar em colaboração com outras nações. Nosso pequeno país no norte da América do Sul tem fortes laços culturais e históricos com a região do Caribe e tem atraído a atenção mundial nos últimos anos por seu excepcional crescimento econômico.

A posição geográfica do nosso país é estratégica para levar adiante nossa abordagem cooperativa e nos tornarmos um elo para a cooperação em nosso hemisfério. Embora o ponto de partida para o crescimento tenham sido os depósitos de petróleo e gás em alto-mar que começaram a ser explorados em 2019, a Guiana está agora vivendo uma revolução na agricultura, que a está tornando mais produtiva, diversificada, competitiva e resiliente.

O país também está desempenhando um papel importante na promoção de políticas e ações regionais para acelerar o desenvolvimento sustentável do setor agrícola nos países-membros da Caricom, a Comunidade do Caribe. Dessa forma, a Guiana garante a segurança alimentar de sua população e consolida a posição como um importante ator na cesta de alimentos do Caribe, graças ao aumento

do investimento público e privado e à chegada de capital estrangeiro.

Por essa razão, e como parte natural desse caminho rumo à modernização de seu setor produtivo, o país nomeou Muhammad Ibrahim, candidato com notáveis qualidades de liderança e experiência em sistemas agrícolas em todo o continente, para o cargo de diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organização pertencente a todos os governos das Américas e cuja missão é contribuir para o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das comunidades rurais.

A expansão econômica da Guiana ultrapassou 40% ao ano nos anos posteriores a 2020, e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita passou de menos de US\$ 6,5 mil por ano, em 2019, para mais de US\$ 18 mil em 2023. Essa expansão continuará este ano, abrindo grandes oportunidades em todos os setores da economia.

No que diz respeito especificamente à agricultura, as conquistas são evidenciadas na publicação de um estudo recente das universidades de Göttingen (Alemanha) e de Edimburgo (Escócia), mostrando que a Guiana é o único país do mundo totalmente autossuficiente em matéria alimentar.

Esses dados reforçam a capacidade do país em um contexto de conflitos que colocaram a segurança alimentar no primeiro lugar da agenda mundial. A razão para esse sucesso é a Guiana estar direcionando recursos para diferentes setores de sua economia, sendo a agricultura e a segurança alimentar um dos principais, juntamente com a educação, a habitação e a infraestrutura.

Durante 2023 e 2024, 8% do orçamento nacional foi destinado ao setor agrícola, como resultado de uma decisão política tomada após a pandemia da covid-19 ter demonstrado que a segurança

alimentar pode estar em risco mesmo em países desenvolvidos. Existem vários projetos estratégicos destinados a modernizar o setor e mudar a percepção de que a agricultura é um setor para pessoas sem educação formal, demonstrando, em vez disso, que está associada ao conhecimento.

Isso levou ao fortalecimento da tecnologia em culturas tradicionais, à introdução de culturas de maior valor e à transformação de produtos primários, bem como ao fortalecimento da capacidade institucional para trabalhar na saúde vegetal e animal e na segurança alimentar como estratégia para garantir uma produção sustentável e responder às necessidades dos consumidores.

Em 2024, a Guiana alcançou, pela primeira vez, uma produção de mais de 700 mil toneladas de arroz, uma cultura fundamental para o consumo interno e a exportação. O país também possui a maior fazenda hidropônica da região.

A Guiana é também o primeiro país do Caribe a lançar um seguro para indenizar os produtores que perdem suas colheitas ou animais devido a desastres naturais, depois que as enchentes destruíram quase 90% da produção em 2020.

Por todas essas razões, a Guiana quer conduzir o IICA com um de seus líderes mais brilhantes no campo da alimentação. Muhammad Ibrahim, candidato da Guiana e da CARICOM ao cargo de diretor-Geral do IICA, tem uma experiência técnica e política inestimável e habilidades de liderança forjadas ao longo de quase 40 anos de trabalho em produtividade e resiliência agrícola.

Seu trabalho promoveu o papel da ciência, da inovação e da tecnologia no fortalecimento dos agricultores, em diálogo com os governos, o setor privado e as instituições financeiras. É essa experiência que nosso país, honrando seu nome, quer levar para toda a América.